

Defensivos genéricos

Garantia de segurança

Antonio Carlos Zem*

O ANO de 2005 foi marcado por uma série de fatores negativos que influenciaram os resultados da atividade da agropecuária. A queda do dólar, a baixa nos preços das *commodities* internacionais, a alta do petróleo, o avanço da ferrugem asiática na soja e o retorno da febre aftosa. Tudo isso contribuiu para a diminuição da renda do agronegócio brasileiro.

A indústria de defensivos agrícolas enfrentou acusações improcedentes de prática de preços exorbitantes e de formação de cartel para impedir a entrada de produtos genéricos. Muitas das perguntas que foram feitas para a opinião pública, acabaram tendenciosamente respondidas pelos mais diversos motivos. Entre elas, a idéia da simplificação do sistema de registro de agrotóxicos no Brasil, visando o aumento da oferta de produtos, a redução de preços e a diminuição do custo de produção.

Será que a simplificação do registro atenderia realmente a essa expectativa?

Quem responde é Luis Rangel, coordenador geral de Registro de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). “É lógico que existe muito impacto mercadológico, mas o nosso compromisso principal é garantir a segurança. Não podemos permitir que um problema detectado se perpetue, pois trabalhamos para que os benefícios para o sistema sejam maiores que o prejuízo pontual com a avaliação de um produto. O benefício para o sistema que está instalado é uma relação bem ponderada pelos órgãos de registro. O Ministério da Agricultura participa junto com o da Saúde e o do Meio Ambiente da avaliação. Na hora em que se detecta um

problema, não há como seguir em frente, pois ele pode ser algo maior do que estamos vendo”.

Mercado

Em 2005, havia no Brasil 374 marcas comerciais de produtos genéricos e 299 especialidades registradas. Os genéricos representavam, portanto, 55% dos produtos registrados nesse mercado. Neste ano, foram comercializadas 201.687 toneladas de produtos genéricos e 30.549 toneladas de especialidades, com os primeiros representando quase 87% do volume de ingrediente ativo comercializado. Em faturamento, os produtos genéricos equivaleram a US\$ 2,155 bilhões e, as especialidades, US\$ 2,088 bilhões. Ou seja, os genéricos representaram 51% e as especialidades 49% do faturamento.

Não há, portanto, uma relação direta entre a entrada de genéricos e a redução de preços no mercado. Este é um segmento bastante complexo, que exige uma logística de distribuição própria, com estoques dimensionados para atendimento sazonal e suporte financeiro com crédito e prazos específicos.

Mercosul

As argumentações sobre preços, geralmente, levam a questão para o âmbito do Mercosul, cenário em que Resoluções (48/96, 87/96, 149/96, 156/96 e 71/98) estabeleceram regras para circulação de 27 ingredientes ativos nos estados-membros. Por que o Brasil não implementou esta livre circulação?

“Existe um equívoco tendencioso quando as regras estabelecidas nas resoluções

do Mercosul são interpretadas, porque elas somente permitem a livre circulação após o registro do produto nos quatro estados-partes, conforme o que está fixado no Artigo 1º da Resolução 48. Ela prevê a manutenção dos sistemas de registro vigentes no âmbito nacional e o avanço na harmonização progressiva dos requisitos técnicos no Mercosul. “A idéia da livre circulação, portanto tem seus limites”, diz Cristiano Walter Simon, presidente executivo da Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal).

O fato é que a “internalização” das resoluções do Mercosul no ordenamento jurídico brasileiro encontra dificuldades de harmonização com a legislação vigente, por ferir os padrões estabelecidos na Lei 7.802/89 e sua regulamentação complementar.

Para Eduardo Sales Novaes, secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o governo tem como meta preservar os ganhos adquiridos desde a publicação da Lei 7.802/89. Não se justificam, portanto, decisões que causem a perda da qualidade no processo de registro de agrotóxicos adotado no país.

“Os investimentos realizados pelas indústrias de agrotóxicos brasileiras, visando produtos de melhor qualidade e mais seguros para o ambiente e à saúde pública, devem ser valorizados e não podem sofrer concorrência desleal, em virtude de procedimentos diferenciados de registro”, diz Novaes.

Equivalência

Com o objetivo de dirimir os conflitos, o governo brasileiro incorporou os procedimentos para atendimento das

citadas resoluções por meio do Decreto 4.074/02 e da Instrução Normativa Conjunta IN 49/02, estabelecendo o registro por equivalência.

Trata-se de uma reserva de mercado no Brasil para poucas empresas? No Brasil, 10 empresas respondem por 85% do mercado, não podendo este fato ser considerado reserva de mercado. É um segmento altamente especializado, que envolve pesquisa e desenvolvimento de produtos, assistência técnica e treinamento de multiplicadores e agricultores, com custos e investimentos.

Os recursos necessários para os investimentos e o custeio dessa atividade não estão disponíveis a todos, o que resulta na concentração de empresas no segmento, fato que pode ser observado em todos os países no mundo.

Na Argentina, nove empresas respondem por 86% do mercado. No Nafta, 11 empresas respondem por 98% do mercado. Na América Latina, 10 empresas respondem por 97% do mercado. Na Europa, 12 empresas respondem por 99% do mercado. Na Ásia 13 empresas respondem por 97,5% do mercado.

Produzir agroquímicos é um negócio especializado, que requer altos investimentos e, assim, limitado àqueles que têm a competência para atuar com responsabilidade, assumindo compromissos com a qualidade e os riscos inerentes à atividade. “Não pode haver oportunidade para especuladores ou oportunistas, preocupados em participar do mercado já estabelecido, sem os compromissos indispensáveis para a garantia da qualidade e da segurança da produção agrícola”, diz Cristiano Simon.

Por que produtos que possuem o mesmo ingrediente ativo não podem ter um registro simplificado?

“Desde a publicação da Lei dos Agrotóxicos, várias atualizações das exigências da legislação foram feitas e os dossiês dos produtos foram atualizados, fazendo com que alguns produtos conseguissem bastante respaldo, enquanto outros nem tanto. Se os produtos registrados devem ser referências aos candidatos à equivalência,

eles precisam ter o máximo de segurança para que o avaliador conceda o aval para que possam ser comparados. Se não têm, aciona-se então o sinal amarelo, que representa um nível de complexidade existente no processo. Temos de seguir a regra da FAO. E se esta diz que devem ser respeitadas coisas que não existem no produto de referência, acende-se um sinal vermelho. Primeiro, atualizo o meu produto de referência, para seguir em frente com o equivalente”, explica Luis Rangel, do MAPA.

O processo industrial de síntese de defensivos agrícolas produz produtos

técnicos, que contêm teores definidos de ingredientes ativos, produtos correlatos e impurezas. Dependendo do processo de síntese e das matérias-primas utilizadas, podem variar os teores de ingredientes ativos, produtos correlatos e impurezas, atribuindo características diferentes aos produtos técnicos, apesar de terem como base o mesmo ingrediente ativo. Essas características diferenciadas do produto técnico podem apresentar comportamentos distintos no que respeito aos efeitos toxicológicos, ambientais e agrônômicos.



Preços

Os preços dos produtos nos outros países do Mercosul são mais baixos que no Brasil? Em três pesquisas realizadas em 1997, 1999 e 2003 pela RCW e pela Fundação Getúlio Vargas ficou evidenciado não haver uma tendência de preços mais altos ou mais baixos na Argentina e no Brasil.

Segundo a Andef, as indústrias de pesquisa e desenvolvimento instaladas no Brasil, que também estão presentes em mais de 100 países, consideram que a regulamentação nacional é suficiente e adequa-

da, alinhando o país ao que se pratica nas nações com tecnologia avançada, garantindo padrões de qualidade aos produtos comercializados, com a consequente segurança do trabalhador rural, a preservação ambiental e a segurança alimentar.

Dessa forma, ela dá confiabilidade ao produto agrícola exportado, em conformidade com os rigorosos padrões de certificação atualmente exigidos. “Somos a favor da agilização dos registros de produtos, mantendo os altos padrões já estabelecidos, por meio de uma reestrutura-

ção dos quadros técnicos que compõem as três agências envolvidas no processo. Qualquer mudança casuística que venha a ocorrer, que permita a comercialização de produtos com qualidade duvidosa, colocará em risco todo o esforço conquistado pelo governo, produtores rurais e demais setores do agronegócio brasileiro em décadas de trabalho”, afirma Cristiano Simon, presidente da Andef. ■

* Presidente do Sindag (Sindicato Nacional de Produtos para a Defesa Agrícola)

Compromisso com a qualidade e a responsabilidade

Biólogo formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com mestrado e doutorado pela Esalq-USP, Antônio Carlos Zem atuou por três anos como pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Há 28 anos, trabalha na FMC, onde atuou em diversas áreas, inclusive em unidades da Companhia nos EUA e no México. Hoje é diretor presidente da América Latina. E desde maio de 2004, ele comanda o SINDAG (Sindicato Nacional de Produtos Para a Defesa Agrícola).

Qual é a sua posição sobre os defensivos genéricos?

ANTÔNIO CARLOS ZEM Os genéricos são bem-vindos ao mercado brasileiro, onde já estão presentes a muitos anos. É um processo contínuo, no qual as moléculas que perdem suas patentes passam a sofrer a concorrência. A nossa preocupação, como segmento da indústria, é que realmente o registro seja feito de maneira responsável, não somente pelas empresas detentoras de patentes, mas também por aquelas que trabalham com os genéricos. Sejam elas empresas multinacionais ou brasileiras.

Sua preocupação é com a segurança dos produtos?

ZEM A concorrência faz bem a todos, mas evidentemente nós temos uma grande responsabilidade, principalmente com grande produtor de alimentos. O Brasil é uma espécie de celeiro do mundo. Portanto, a produção tem de ser responsável com o ambiente, com a sociedade e, sobretudo, com os consumidores. Não podemos expor o agronegócio brasileiro, que caminha para se tornar o maior do mundo, a qualquer tipo de risco. Por exemplo, uma contaminação causada por um produto que não segue as especificações de segurança ou de baixa qualidade.

Como garantir a segurança e a qualidade desses produtos?

ZEM Os genéricos que obedecem aos parâmetros de qualida-



de, que são produzidos e utilizados com responsabilidade, são bem-vindos ao mercado. As empresas que produzem genéricos precisam ter estrutura. Elas devem oferecer assistência técnica, acompanhar os produtos no mercado, avaliar a sua *performance*, orientar os produtores e, se necessário, resolver os problemas que possam surgir. Para fazer tudo isso, na minha opinião, elas precisam estar estabelecidas no país.

As multinacionais manipulam o processo de registro no Brasil?

ZEM Este tipo de reclamação não é justo. Os prazos precisam ser cumpridos. A contribuição que as indústrias podem dar, seja na pesquisa, no desenvolvimento ou genérica, é submeter-se aos processos e fornecer todos os seus dados completos. Assim, as autoridades responsáveis pelo registro dos produtos não vão perder tempo com a análise. Tampouco vão atrasar o processo de registro, ao fazer novas exigências.